



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.
Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br
[Ramais 232](#)

REPÚBLICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 204.489/2018
TIPO: MAIOR OFERTA POR ITEM

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL RURAL DA FUNDAÇÃO VENÂNCIO RAMOS DA SILVA.

O **MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 88.120.662/0001-46, com sede nesta cidade de Itaqui, sito a Rua Bento Gonçalves, nº 335, denominado neste ato como **CONCEDENTE**, representado pelo **Prefeito Jarbas da Silva Martini**, brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 130.631.970-68 e portador da Carteira de Identidade nº 7023879906, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Concorrência Pública**, do tipo maior oferta por item. Se reunirá a Comissão Especial de Licitações, designada pela Portaria nº 0833/2018, com a finalidade de receber os envelopes de documentação e propostas para a concessão de direito real de uso, onerosa, de bem imóvel rural da Fundação Venâncio Ramos da Silva, no local, dia e hora abaixo apazado:

Data: 02 de Outubro de 2020

Horário: 09 horas.

Local: Sala de Licitações

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a concessão de direito real de uso, onerosa, de bem imóvel rural com **204,4463 hectares**, situado no lugar denominado Itaó, e **749,3511 hectares**, situado na localidade do Bororé, pertencentes à Fundação Venâncio Ramos da Silva.

ITEM	DESCRIÇÃO	ARRENDAMENTO
01	204,4463 hectares na localidade de Itaó.	R\$ 80.000,00/ano
02	749,3511 hectares na localidade de Bororé.	R\$ 270.407,64/ano



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

1.1. O critério para indicação dos valores foi tomado como base as avaliações realizadas em grãos e quilogramas de boi gordo, conforme indicação do georreferenciamento. Fora multiplicado pelos valores correspondentes, seja em kg ou sacas, retirados os valores do site da Emater, entre os dias 02 e 06 de março de 2020. Segue descrição:

a) Itaó: 204,4463 hectares, parte de uma área de terra sem benfeitorias, sendo utilizável 184 hectares para cultivo de soja, situada no lugar denominado Itaó, localizado no 3º Distrito do Município de Itaqui/RS, sendo 66,4365 ha na matrícula nº 18.196 e 138,0098 ha na matrícula nº 18.197.

- Avaliação de arrendamento integral em 1.000 sacas de soja (60 kg) com preço médio de R\$ 80,00. $1.000 \text{ sacas} \times \text{R\$ } 80,00 = \text{R\$ } 80.000,00$.

b) Bororé: 749,3511 hectares, parte de uma área de terra com benfeitoria, qual seja uma barragem com capacidade para irrigar 60 quadras de arroz irrigado, sendo utilizável 100 hectares para o cultivo de soja, 105 hectares para cultivo de arroz e 401,6488 hectares destinada a criação de gado, situada no Distrito do Bororé, matrícula nº 18.198.

- Área de 100 ha avaliada em 600 sacas de soja (60 kg) com preço médio de R\$ 80,00. $600 \text{ sacas} \times \text{R\$ } 80,00 = \text{R\$ } 48.000,00$.
- Área de 105 ha avaliada em 2.100 sacas de arroz (50 kg) com preço médio de R\$ 48,83. $2.100 \text{ sacas} \times \text{R\$ } 48,83 = \text{R\$ } 102.543,00$.
- Área de 401,6488 ha avaliada em 17.837 kg de boi gordo com preço médio de R\$ 6,72. $17.837 \text{ kg} \times \text{R\$ } 6,72 = \text{R\$ } 119.864,64$.

1.2. O imóvel, objeto da concessão de uso, destina-se ao cultivo de área, sendo os valores da concessão direcionados e utilizados na manutenção da referida Fundação.

1.2.1. A concessionária poderá fazer, nos imóveis cedidos, por sua conta e responsabilidade, as ampliações, melhorias e adaptações que achar necessária para a implantação dos objetos previstos na cláusula primeira deste contrato, bem como a ampliação de suas atividades, sempre mediante autorização e aprovação prévia pelo município.

1.3. O bem a ser concedido encontra-se a disposição dos interessados para verificação até o terceiro dia útil que anteceda a data marcada para o certame.

1.4. A fiscalização do contrato, conforme declaração de fl. 185 do Processo Administrativo 204.489/2018, será exercida por conta dos servidores: **Gestora** Rúbia Queiroz, **fiscal** Kellen da Rosa Carlosso e **suplente** Rejane Solano Santos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Poderão participar as pessoas físicas e jurídicas que apresentarem os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

3. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ITAQUI

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE ITAQUI

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

3.1. Para a habilitação de PESSOA JURÍDICAS o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

3.1.1. Declaração:

a) Declaração Unificada (**ANEXO II**).

3.1.2. Regularidade Jurídica:

a) registro comercial no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, no caso de sociedade simples;

e) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

f) Decreto de autorização, se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.3. Regularidade Fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.4. Regularidade Trabalhista:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.1.5. Qualificação Econômico – Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do número do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

ILG = Ativo circulante + Realizável a longo prazo

Passivo circulante + exigível a longo prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

ILC = Ativo circulante

Passivo circulante

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG

ISG = Ativo total

Passivo circulante + exigível a longo prazo

Índices contábeis – situação – ILC, ILG e ISG

* < (menor) que 1,00 = deficitária

* 1,00 a 1,35 = equilibrada

* > (maior) que 1,35 = satisfatória

→ Para endividamento total deve ser menor que 1,00.

ENDIVIDAMENTO TOTAL – ET

ET = Passivo circulante + Passivo não circulante

Ativo total

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a.1) Se o divisor do indicador grau de endividamento for igual a zero, considerar-se-á não atendida a exigência do edital.

3.2. Os documentos emitidos em meio eletrônico, com o uso de certificação digital, serão tidos como originais, estando sua validade condicionada a verificação de autenticidade pela Administração.

3.3. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3.4. Para a habilitação de **PESSOA FÍSICAS** o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

- a) carteira de identidade;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) prova de inscrição junto ao INSS;
- d) certidão negativa de execução patrimonial.

3.5. Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município.

3.5.1. A autenticação por servidor municipal dependerá da apresentação do documento original.

3.6. O envelope nº 02 deverá conter:

a) proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço ofertado, anual, para a remuneração da concessão.

a.1) o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data apazada para a entrega dos envelopes;

a.2) quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

3.7. Todas as declarações solicitadas neste Edital deverão vir datadas e assinadas pelo representante legal da licitante.

3.8. Serão inabilitados os licitantes que:

a) apresentarem documentação incompleta, emendada, rasurada, com entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado, ou, ainda, que não estejam datadas e assinadas, quando for o caso;

b) desatenderem as normas, parâmetros e/ou requisitos estabelecidos neste Edital ou na legislação pertinente.

4. DO JULGAMENTO

4.1. Esta licitação é do tipo **maior oferta** e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o maior preço ofertado, anual, para a remuneração da concessão.

4.2. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

4.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

4.4. Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem com os tributos municipais, estaduais e federais incidentes, correrão por conta do concessionário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

5. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.1. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.2. O desempate será realizado por meio de sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

6.1. Somente serão aceitas as propostas cuja oferta seja igual ou superior a **R\$ 80.000,00/ano (Oitenta mil reais por ano) para o item 01 e R\$ 270.407,67/ano (Duzentos e setenta mil quatrocentos e sete reais e sessenta e sete centavos por ano) para o item 02.**

6.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Dos atos praticados na presente licitação, caberão os recursos previstos no Art. 109, da Lei nº 8666/93, os quais no prazo de 5 (cinco) dias úteis dentro dos prazos previstos na Lei, deverão ser protocolados no Setor de Licitações.

8. DOS PRAZOS

8.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, convocará o vencedor para assinar o contrato, no prazo de **05 (cinco) dias**, sob pena de decair do direito à contratação.

8.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do prazo.

8.2. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

8.3. O prazo para concessão é de 06 (seis) anos, a contar da assinatura do contrato de concessão, tendo em vista o prazo necessário para quem for concessionário recuperar o investimento que venha a realizar para a correção do solo e melhorias que se fizerem necessárias.

8.4. É condição para assinatura do contrato que a licitante vencedora do certame não tenha débitos com o Município de Itaqui.

8.5. O vencedor do certame licitatório ingressará no imóvel a partir de **30/05/2021**, tendo em vista ser a data suficiente para colheita dos grãos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

venda do gado de quem cultiva o imóvel, atualmente. Eventualmente, se na data de 30/05 a colheita de grãos ou venda do gado não estiver concluída, justificadamente, poder-se-á prorrogar até o término da colheita.

9. DAS PENALIDADES

9.1. A inexecução total ou parcial do contrato, que implicar na rescisão do contrato, sujeitará o inadimplente ao pagamento de multa correspondente à 10% do valor da contratação.

9.2. No caso de inadimplemento pela concessionária, a multa será cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

9.3. O descumprimento das obrigações estatuídas, sem justificativa aceita pelo Município, acarretará as seguintes penalidades:

9.3.1. Multa diária de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

9.3.2. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato, considerada esta, que ultrapassar os 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações.

9.3.3. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o último valor mensal atualizado do contrato.

9.4. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando caso.

9.5. O vencedor está obrigado a manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

9.6. Constituem motivos para rescisão contratual todos os elencados no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Levando-se em consideração os usos, costumes e época da colheita do arroz e da soja, mais o engorde do gado, estipula-se a data de **30 de maio de cada ano** para que seja realizado o pagamento da soja, do arroz e o quilograma de boi gordo, em **cota única**, de forma **ANTECIPADA**. Ou seja, como forma de prestação de garantia, fazendo-se uma analogia com o art. 56, inc. I da lei 8666/1993, o pagamento será **antecipado** para utilizar o solo no período subsequente, sendo repetido este procedimento até o término da vigência contratual.

10.1.1. O pagamento da remuneração da concessão deverá ser efetuado diretamente na tesouraria do Município,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

10.2. Ocorrendo atraso no pagamento, incidirá uma multa de 10% (dez por cento) sobre os valores inadimplidos, correção monetariamente pelo IGPM-FGV e juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo das demais penalidades previstas no item 9.

11. DO REAJUSTE DO VALOR DA CONCESSÃO

11.1. O valor da remuneração da concessão será reajustado, a cada 12 meses, tendo como indexador o IGPM-FGV, fundamentado nos artigos 40, inc. XI e 55, inc. III, ambos da lei 8666/1993.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. A impugnação ao edital será feita na forma do Art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

- a) o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes.
- b) os licitantes poderão impugnar o edital até o 2º (segundo) dia útil antecedente a data marcada para o recebimento dos envelopes.
- c) As eventuais impugnações e/ou recursos poderão ser encaminhados via e-mail (licita@itaqui.rs.gov.br), desde que os mesmos apresentem assinatura do representante legal da empresa, carimbo com o número do CNPJ e sejam encaminhados dentro do prazo bem como respeitando o horário de expediente da Prefeitura (7 h às 13 h).
- d) não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Compete ao Município:

- 13.1.1.** Aplicar as penalidades regulamentos e contratuais.
- 13.1.2.** Extinguir a concessão onerosa de direito real de uso na forma prevista na legislação municipal e na Lei nº 8.666/93 e promover a reversão dos imóveis e benfeitorias ao Município.
- 13.1.3.** Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.
- 13.1.4.** Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
- 13.1.5.** Fiscalizar e acompanhar os propósitos manifestados pelo proponente na proposta referente ao presente certame licitatório.

13.2. Compete a Concessionária:

- 13.2.1.** Não poderá ceder ou alugar os imóveis recebidos em concessão de direito real de uso, sob pena de reversão dos bens à Municipalidade.
- 13.2.2.** Realizar por sua conta todos os investimentos necessários para o desenvolvimento das atividades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

13.2.3. Cumprir e fazer cumprir as normas e as cláusulas contratuais da concessão de direito real de uso.

13.2.4. Permitir ao Município o livre acesso à fiscalização, em qualquer época, a fim de verificar o cumprimento a que se destina o objeto deste certame.

13.2.5. Desenvolver atividades nas áreas de agricultura e/ou pecuária, de acordo com a área que pretende a concessão de uso oneroso.

13.2.6. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do bem patrimonial objeto da concessão.

13.2.7. Fornecer ao Município, sempre que solicitados, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos inerentes às relações resultantes deste certame.

13.2.8. Cumprir a legislação ambiental no que se refere à atividade desenvolvida sobre os imóveis.

13.2.8.1. Realizar o desenvolvimento de culturas racionalmente, com respeito ao meio ambiente (conservando o solo, áreas de preservação permanentes e as reservas naturais presentes nos imóveis), de forma que as terras não venham a perder sua finalidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com os custos de lavoura, no preparo e no plantio da terra, quanto na aplicação de adubos, corretivos de solo, inseticidas, fungicidas, sementes, despesas com maquinários, bem como contratação e encargos com trabalhadores rurais, até a colheita final

13.2.9. Pagar os tributos que incidirem sobre o imóvel e sobre a atividade desde a data de assinatura do contrato.

13.2.10. Arcar com as despesas, assim como as demais taxas e emolumentos, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade.

13.2.11. Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está obrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária.

14. DA REVERSÃO

14.1. Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal os imóveis concedidos na ocorrência de qualquer dos fatos a seguir mencionados:

- a) Não utilizado em conformidade com a sua finalidade;
- b) Decorridos 06 (seis) meses da concessão e não tenha sido iniciada a atividade;
- c) O correr à extinção, falência ou morte da proponente;
- d) Não iniciar a atividade no prazo ajustado;
- e) Dar aos imóveis utilização diversa da prevista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.2. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, na forma do item 3.3 desse edital, e os membros da Comissão Julgadora.

15.3. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

15.4. O gerenciamento e a fiscalização do objeto da presente licitação serão de inteira competência da Fundação Venâncio Ramos da Silva – FUNVERS, ou outro órgão técnico que vier a substituí-la, por delegação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

15.5. Maiores esclarecimentos referentes ao objeto desta licitação serão fornecidos pela Fundação Venâncio Ramos da Silva – FUNVERS, ou pela Comissão Especial de Licitações, pelo telefone (55) 3432-1100, Ramal 232, no horário de expediente (das 07 h às 13 h).

15.6. O licitante que deixar de atender as convocações referidas neste Edital, nos prazos previstos, perderá o direito à Contratação.

15.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Licitação.

15.8. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, através do seguinte endereço eletrônico: licita@itaqui.rs.gov.br, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.8.1. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação à presente Licitação encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no site do Município, setor de Licitações.

15.9. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.10. Fica assegurado ao Município de Itaqui o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente na forma do art. 49 da Lei de Licitações.

15.11. As cópias do edital deste certame, bem como seus anexos, podem ser obtidas no site da Prefeitura Municipal de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br) gratuitamente, ou no Setor de Licitações onde mediante o pagamento do xerox, a ser pago diretamente na tesouraria do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. licita@itaqui.rs.gov.br

[Ramais 232](#)

15.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Itaqui para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

15.13. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Declaração Unificada;
- c) Anexo III – Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV – Minuta de Contrato;

Itaqui/RS, 28 de Agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE ITAQUI
JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____ - ____ - ____.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
(Disponível no Site da Prefeitura).

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA
(Disponível no Site da Prefeitura).

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA
(Disponível no Site da Prefeitura).

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO
(Disponível no Site da Prefeitura).